



**ATA RELATIVA À SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

**DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA A**

**22 DE MARÇO DE 2023**



ATA RELATIVA À SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA A

22 DE MARÇO DE 2023

No dia vinte e dois de março do ano de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no piso superior do Cineteatro Vianense, reuniu a Assembleia Municipal deste concelho, em sessão extraordinária, tendo como ordem de trabalhos os seguintes pontos: -----

- 1)** Proposta de aprovação da ata em minuta no final da sessão; -----
- 2)** Proposta de aprovação do mapa de pessoal, nos termos do disposto na alínea o) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação; -----
- 3)** Proposta de aprovação da 2ª alteração modificativa ao Orçamento da Receita;
- 4)** Proposta de aprovação da 2ª alteração modificativa ao Orçamento da Despesa; -----
- 5)** Proposta de aprovação da 2ª alteração modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos. -----

O senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão e a primeira secretária da Mesa procedeu à verificação das presenças, estando presentes os seguintes membros:

- Estevão Manuel Machado Pereira, que presidiu;
- Maria de Jesus Vaz Rasquinho, na qualidade de primeira secretária
- Nuno José Caeiro Grave, na qualidade de segundo secretário;
- Vítor Miguel Lôpas Fialho;
- Sara Patrícia Galega Rodrigues;
- Marta Sofia São Pedro Figueiredo Lopes Rebocho;
- José Fernando Nazaré Pereira;
- Fernando Manuel Tim Tim Janeiro;
- João Pedro Valério Parra Martinho Antunes;
- Célia do Carmo Mendes Remourinho Peres Sabino;
- Ricardo Filipe Malagão Soldado;
- João de Deus Carapeto Fialho;
- Maria Bárbara dos Santos Matadinho, Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas;
- Rosinda de Fátima Bandarra Gaio, Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar;
- Vasco Miguel Teles Fialho, Presidente da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo.



O membro António Manuel Dimas Grosso, mediante requerimento dirigido ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, fez-se substituir pelo membro Paula Alexandra Mendes Maurício. -----

O membro Cecília Isabel Pinto Lopes, mediante requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, fez-se substituir pelo membro Maria Leonor Martins de Carvalho Sacadura Botte Ribeiro Fernandes. -----

O membro Joana de Carvalho Galvão, mediante requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, fez-se substituir pelo membro Manuel Jorge de Matos Rafael. - Em representação da Câmara Municipal esteve o seu Presidente, tendo estado também presentes todos os Vereadores, à exceção do Sr. Vereador Luís Miguel Horta Metrogos ----

Tratando-se de uma sessão extraordinária, entrou-se de imediato na Ordem de Trabalhos: -

**Ponto um) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da sessão** – A Assembleia deliberou por unanimidade aprovar a ata em minuta no final da sessão, nos termos do nº 3 do artigo 57º do Anexo I à Lei nº75/2013, de 12 de setembro, na redação atual. -----

**Ponto dois) Proposta de aprovação do mapa de pessoal, nos termos do disposto na alínea o) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação;**

Relativamente à proposta de mapa de pessoal, o Senhor Presidente da Câmara disse nada ter a acrescentar ao conteúdo do documento que foi enviado, manifestando a disponibilidade para esclarecer as questões que eventualmente surjam. -----

O membro Fernando Janeiro recordou que em dezembro de 2022 foi proposto à Assembleia Municipal um mapa de pessoal com 57 novos lugares, sendo 16 relativos a situações de mobilidade intercarreiras/categorias. Nessa ocasião, esta Assembleia reprovou o mapa por considerar que o mesmo colocava em causa a sustentabilidade financeira do Município, não apenas em 2023, mas ao longo das próximas décadas, dado que as despesas com pessoal são um encargo permanente. Recordou ainda este membro que a proposta de mapa de pessoal apresentada à Câmara Municipal, em fevereiro de 2023, contendo 39 lugares, foi reprovada, considerando que a estrutura de custos associada continuava a por em causa a sustentabilidade financeira do Município. -----

Disse o membro Fernando Janeiro que a proposta agora apresentada prevê 34 novos lugares, contemplando assim uma redução de 5 lugares face à proposta reprovada pela Câmara no passado mês de fevereiro. -----

Referiu ainda este membro que em 2017, o Município tinha 111 trabalhadores e que em 2018, com a integração do pessoal com vínculos precários, passou a ter 144 trabalhadores. Acrescentou que no final de 2021 existiam 149 trabalhadores no Município e que em 2022, com a transferência de competências, foram integrados 50 trabalhadores associados à área da Educação e 5 trabalhadores associados à área da Saúde, sendo que estes 55 trabalhadores “vieram acompanhados de um pacote financeiro para os seus vencimentos”, contribuindo para que o número de trabalhadores do Município passasse para 204. -----



O membro Fernando Janeiro observou que a proposta de mapa de pessoal em apreciação revela que o número de lugares ocupados é de 213, sendo, portanto, de 9 trabalhadores o aumento efetivo. -----

Disse o membro Fernando Janeiro que neste momento, o deficit orçamental das despesas correntes é de cerca de oitocentos mil euros e que se os pontos seguintes da ordem de trabalhos forem aprovados, este deficit agravar-se-á para cerca de novecentos mil euros. Fez notar que as despesas de pessoal são despesas correntes e de natureza permanente pelo que as decisões tomadas agora terão efeitos, não só em 2023, mas durante muitos anos. Disse ainda que o mapa agora proposto “teve uma redução cirúrgica de 5 lugares, face à proposta reprovada em fevereiro, pela Câmara Municipal e daí que as preocupações da bancada do PS se mantenham.” -----

O membro Fernando Janeiro advertiu para a necessidade de ser feita uma gestão adequada dos recursos, maximizando a sua eficiência. A título exemplificativo questionou se serão mesmo necessários três nadadores-salvadores para a época balnear, a juntar aos dois que já existem ou se com o recrutamento de mais dois (em vez de mais três) se conseguirá resolver a situação. -----

O membro Fernando Janeiro disse ainda que o aumento do universo de trabalhadores tem de ser sempre uma consequência do aumento dos serviços prestados aos munícipes. No entanto, para além do maior número de trabalhadores que a recolha seletiva de resíduos implica, não se verifica um acréscimo dos serviços prestados – disse. Este membro acrescentou que sendo os recursos limitados, poderá ser necessário reduzir algumas atividades, inclusive tornando-as bienais. -----

O membro Fernando Janeiro referiu que a bancada do Partido Socialista não está disponível para viabilizar a proposta de mapa de pessoal apresentada, tendo para apresentar uma proposta modificada, que pretende que seja colocada a votação. Neste contexto, perguntou ao Senhor Presidente da Assembleia se poderia então passar à apresentação da proposta da bancada do Partido Socialista. -----

O Senhor Presidente da Assembleia questionou o membro Fernando Janeiro sobre a possibilidade da Assembleia votar uma proposta diferente daquela que foi aprovada pela Câmara Municipal. -----

O membro Fernando Janeiro, a este propósito, disse que a interpretação que faz das disposições legais aplicáveis a esta matéria, é no sentido dessa possibilidade, concretizando: -----

“Nos termos da alínea o) do nº1 do artigo 25º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar os mapas de pessoal dos serviços municipais e dos serviços municipalizados. O nº3 do mesmo artigo refere que não podem ser alteradas na Assembleia Municipal as propostas apresentadas pela Câmara Municipal referidas nas alíneas a), i) e m) do nº1 e na alínea l) do nº2, sem prejuízo da Câmara Municipal poder vir a acolher em nova proposta as recomendações ou sugestões feitas pela Assembleia Municipal.” -----

Disse o membro Fernando Janeiro que daqui se conclui que as matérias constantes das alíneas não mencionadas no nº3 do artigo 25º do Anexo I à Lei nº75 /2013, de 12 de setembro, podem ser alteradas pela Assembleia Municipal, estando nesse leque o mapa de pessoal, matéria referida na alínea o) do nº1 do referido artigo 25º. -----

O Senhor Presidente da Assembleia disse não se sentir tecnicamente esclarecido, tendo solicitado o contributo da Chefe da Divisão de Gestão de Recursos – Maria d’Aires Vilela.



Esta, perante o disposto no nº3 do artigo 25º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, disse que resulta efetivamente que a Assembleia só não poderá alterar as propostas relativas às matérias elencadas nas alíneas aí referidas, podendo alterar todas as outras. Assim, as propostas que a Assembleia não poderá alterar são as relativas a: -----

- i) Opções do plano, orçamento e respetivas revisões. -----
- ii) Aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis de valor superior a 1 000 vezes a remuneração mínima mensal garantida e alienação ou oneração de bens ou valores artísticos, independentemente do seu valor. -----
- iii) Criação ou reorganização dos serviços municipais e da estrutura orgânica dos serviços municipalizados. -----
- iv) Apreciação do inventário e dos documentos de prestação de contas. -----

A Chefe da Divisão de Gestão de Recursos acrescentou que a Assembleia Municipal, quanto às propostas que não pode alterar, pode, contudo, emitir recomendações ou sugestões que a Câmara Municipal poderá vir a acolher em novas propostas. -----

O Senhor Presidente da Câmara disse discordar da opinião da bancada do Partido Socialista e que no que concerne, por exemplo, aos nadadores-salvadores, a proposta de menos um posto de trabalho põe em risco o bom funcionamento das piscinas municipais, considerando ser de “uma irresponsabilidade muito grande” a proposta que foi feita pelo membro Fernando Janeiro. -----

O Senhor Presidente da Câmara disse ainda que na reunião em que a proposta de mapa foi apresentada à Câmara, referiu que era a altura certa para introduzir as alterações, nomeadamente os “cortes” a nível do número de lugares. Acrescentou que contrariamente ao Partido Socialista, ele cumpre a sua palavra e daí que aceite a sugestão de serem retirados, pela Assembleia, os lugares que forem entendidos. -----

O membro Célia Sabino perguntou qual a proposta de mapa a ser votada: o mapa que foi aprovado em reunião de Câmara ou o mapa que o Partido Socialista pretende apresentar, com alterações à versão aprovada na Câmara? -----

O Senhor Presidente da Assembleia disse que de momento existe apenas a proposta que veio da Câmara Municipal, ainda não tendo sido apresentada qualquer alteração à mesma porque esta pretensão ainda não foi deferida. -----

No seguimento da resenha histórica deste assunto, feita pelo membro Fernando Janeiro, o Senhor Presidente da Assembleia disse que, na sua perspetiva, os números referentes ao acréscimo de trabalhadores, não estão corretos. Efetivamente, quando se trata de trabalhadores que ocupam um posto de trabalho numa determinada carreira/categoria e que, devido a um processo de valorização, vão ocupar um lugar noutra carreira/categoria, os trabalhadores são os mesmos, embora estejamos perante dois lugares por cada situação (o lugar que está a ocupar atualmente e o lugar que irá passar a ocupar após essa valorização da carreira). -----

O Senhor Presidente da Assembleia, disse que embora não sendo um assíduo espetador dos vídeos das reuniões da Câmara, já constatou que os Senhores Vereadores da oposição, no âmbito do papel que lhes compete fazer, exigem respostas do Município e questionam frequentemente o porquê de determinadas coisas não estarem feitas. Acrescentou que sendo legítima a exigência de respostas, seria coerente, da parte dos Vereadores da oposição, permitir a criação de condições para que a Câmara pudesse desempenhar cabalmente o seu papel, nomeadamente a nível dos recursos humanos necessários. -----



O Senhor Presidente da Assembleia realçou que a dificuldade de aprovação do mapa de pessoal é um exemplo, talvez o mais flagrante, de uma situação em que não é possível dar resposta ao exigido porque há um impedimento em criar as condições necessárias. Ainda neste contexto, o Senhor Presidente da Assembleia estranhou que numa das reuniões de Câmara, tenha sido questionado o pagamento de horas extraordinárias aos trabalhadores. Disse que se aqueles que existem não são suficientes e se a Câmara está impedida de admitir mais, é lógico que os que estão ao serviço, terão de realizar trabalho extraordinário. -----

Disse ainda o Senhor Presidente da Assembleia que lhe parece que “as oposições neste Concelho, designadamente no Município, estão a querer tudo e o seu contrário: Por um lado querem o trabalho feito e por outro não deixam criar as condições para que esse trabalho possa surgir!” -----

O Senhor Presidente da Assembleia disse que em sua opinião é necessário mais bom senso atendendo à natureza do assunto em questão, tão importante para a vida do Município e, nessa medida, tão importante para a vida da generalidade da população deste concelho. Disse ainda que lhe parece estarmos perante questões “políticas/politiquieras” que estão a travar o normal desenvolvimento do trabalho da Câmara Municipal. -----

Em face da pergunta anteriormente formulada pelo membro Fernando Janeiro sobre a intenção de apresentar uma proposta de mapa de pessoal, com alterações relativamente à versão aprovada pela Câmara Municipal; o Senhor Presidente da Assembleia questionou o órgão sobre o procedimento a adotar. -----

O membro Célia Sabino, em representação dos eleitos do VIVA, disse considerar importante ouvir, em primeiro lugar, a opinião do Senhor Presidente da Câmara. -----

O Senhor Presidente da Câmara disse que embora discordando totalmente da posição manifestada nesta Assembleia, pelo Partido Socialista, “mantém a sua honra porque é um homem de palavra e tal como colocou a proposta em discussão na reunião de Câmara, hoje não vai voltar com a sua palavra atrás.” -----

O membro Sara Rodrigues, em representação dos eleitos da CDU, disse que só tem intenção de votar a proposta aprovada pela Câmara. -----

O membro Célia Sabino, em representação dos eleitos do VIVA, disse que deverá ser votada, em primeiro lugar, a proposta que já é conhecida e que foi enviada pela Câmara Municipal. -----

Após a auscultação da Assembleia, o respetivo Presidente pôs à consideração o seguinte método: submeter a votação a proposta de mapa de pessoal enviada pela Câmara Municipal e se o resultado for desfavorável, ouvir então a proposta alternativa. -----

Nenhum membro se opôs. -----

O membro Fernando Janeiro, ainda relativamente aos nadadores-salvadores, sublinhou que a sua intervenção foi no sentido de colocar uma questão e daí que tenha ficado bastante surpreendido pelo facto do Senhor Presidente da Câmara o ter chamado de irresponsável. Quanto à questão “da palavra” a que se referiu o Senhor Presidente da Câmara, disse o membro Fernando Janeiro que “este órgão é diferente da Câmara, sendo diferentes as pessoas que estão na Câmara e as pessoas que estão aqui.” -----

Quanto à questão “das contas não serem líquidas, a que se referiu o Senhor Presidente da Assembleia, o membro Fernando Janeiro clarificou que aquilo que apresentou foi o seguinte: No final de 2021 existiam 149 trabalhadores efetivos, aos quais acresceram 55 que entraram por via da transferência de competências e mais 9, o que perfaz os 213



lugares ocupados que constam do mapa. Este membro clarificou que não falou nem contabilizou as situações de mobilidade a que o Senhor Presidente da Assembleia se referiu (com razão), dado que os trabalhadores são os mesmos (saem de um lugar e entram noutra). -----

Disse ainda este membro que as decisões que se tomam não podem pôr em causa o futuro e se os recursos são limitados, é preciso ter cuidado com aquilo que se faz. Acrescentou que o Senhor Presidente da Assembleia falou em questões “politiqueiras” mas que é preciso compreender que em presença de um orçamento municipal estrangulado, se o mapa de pessoal tivesse sido aprovado na sua versão de dezembro, implicaria uma despesa corrente de mais um milhão de euros por ano, implicando orçamentos estrangulados, pelo menos, por mais um dezena de anos. -----

O Senhor Presidente da Assembleia disse ter conhecimento de que no próprio dia em que esta proposta de mapa de pessoal foi apresentada e votada na reunião de Câmara, contando com a abstenção do Partido Socialista, um “destacado apoiante socialista, que não se esconde (e bem, pois assume as suas posições) fez sair nas suas redes sociais, a sua opinião bem vincada.” -----

Disse o Senhor Presidente da Assembleia ter projetado na noite dessa reunião de Câmara, aquilo que está a acontecer nesta Assembleia. Acrescentou que a partir daquela opinião daquele “destacado apoiante socialista”, a sua leitura foi no sentido de que iria acontecer uma de duas coisas: os vereadores têm efetivamente o seu poder na Câmara e assumem o seu papel ou, eventualmente, outras pessoas têm mais força do que os Vereadores e neste caso a Assembleia Municipal não aprovará o mapa de pessoal, ficando por ver como ficará a vida dos Vereadores, coisa a que já se começou a assistir. -----

O membro João Antunes disse que não iria centrar a sua intervenção em redes sociais nem iria tecer quaisquer comentários pejorativos às intervenções que foram feitas. Manifestou a opinião de que a responsabilidade passa por pensar no futuro a médio e longo prazo, tal como foi referido pelo membro Fernando Janeiro e que se neste momento o Município está com um deficit orçamental na ordem dos oitocentos mil euros, seria extremamente negativo aumentar os encargos permanentes nas despesas correntes, hipotecando em grande parte os investimentos no Concelho, a qualidade de vida e a manutenção dos equipamentos a que a população do Concelho está habituada e merece. Acrescentou que o planeamento e a perspetiva estratégica estão pois como pano de fundo de toda esta abordagem. -----

Disse o membro João Antunes que a questão das mobilidades intercarreiras e das reformas, preocupa os eleitos do Partido Socialista. Disse, relativamente às mobilidades que é de extrema justiça que ocorram, estando os eleitos do Partido Socialista disponíveis para viabilizar essas situações. -----

Quanto a novas admissões, disse este membro que é necessário analisar os casos de forma concreta e muito cirúrgica porque a atual execução orçamental não está a correr bem, devendo haver a máxima atenção. -----

Disse ainda o membro João Antunes que regista com agrado que a Assembleia tenha feito uma leitura correta da legislação, permitindo aos membros da Assembleia Municipal a possibilidade de tomarem decisões importantes, não só para os trabalhadores municipais, mas também para o Concelho. Acrescentou nada ter a opor à metodologia anunciada para o tratamento deste assunto. -----



O Senhor Presidente da Câmara, atendendo a que já por duas vezes foi feita referência ao desequilíbrio orçamental na ordem dos oitocentos mil euros, disse ter de recordar à bancada do Partido Socialista que em 2019, quando o custo de vida era, no mínimo, três vezes inferior ao que atualmente se verifica, a gestão socialista apresentava um desequilíbrio orçamental de 677 000,00€. Continuou referindo que: -----

a) Em 2020, a gestão do Partido Socialista apresentava um desequilíbrio orçamental previsto de 373 000,00€ que foi revertido porque no final do ano fez um estorno pois, caso contrário, ultrapassaria um milhão de euros. -----

b) Em 2021, a gestão do Partido Socialista apresentava um desequilíbrio orçamental previsto de 820 000,00€. -----

c) Em 2022, com a atual gestão, a previsão de desequilíbrio orçamental foi de 599 000,00€, situação que foi revertida, tendo-se alcançado o equilíbrio no final do ano. –

d) Em 2023, a previsão inicial de desequilíbrio orçamental era de 784 000,00€, passando para cerca de 800 000,00€ se a alteração hoje proposta, for aprovada, mantendo-se a expectativa de que a situação seja corrigida até ao final do ano. -----

O Senhor Presidente da Assembleia colocou a votação a proposta de mapa de pessoal que foi submetida pela Câmara Municipal, tendo-se verificado 7 votos a favor por parte dos membros da CDU (Estêvão Pereira, Marília Rasquinho, Vitor Fialho, Sara Rodrigues, Paula Maurício, Marta Rebocho e Rosinda Gaio) e 11 votos contra, por parte dos membros do PS (Nuno Grave, José Nazaré Pereira, Fernando Janeiro, João Antunes, Manuel Jorge Rafael e Vasco Fialho) e dos membros do VIVA ( Maria Leonor Fernandes, Célia Sabino, Ricardo Soldado, João Fialho e Maria Bárbara Matadinho). -----

O membro Maria Leonor Fernandes apresentou a declaração de voto que integralmente se reproduz: -----

“Custa-nos perceber esta reviravolta na posição do Partido Socialista. Sempre fomos coerentes com a nossa proposta que nos parece sensata. Dessa proposta constava o seguinte: -----

- Viabilizamos a mobilidade interna, ou seja, queremos que as pessoas que estão em condições de progredir na carreira o possam fazer. Mas, para que isto aconteça, é obrigatório abrir lugares. No entanto, tem que ficar registado o compromisso de eliminar os lugares que ficam abertos com estas mudanças, para que fiquem fechados os lugares deixados em aberto. -----

- Em relação à mobilidade entre autarquias, só aceitamos abrir lugares para os que estão em mobilidade na Câmara de Viana quando os que saíram para outras Câmaras, também em mobilidade, saiam em definitivo. Significa isto, esperar pelo final dos 18 meses de mobilidade para perceber quem decide não regressar à Câmara de Viana e depois então abrir-se lugares em conformidade. -----

- Estamos de acordo com a substituição por motivos de aposentação, mas sem ser necessário abrir novos lugares, porque na sequência da aposentação já ficam lugares vazios. -----

- Aceitamos a contratação de 3 novos quadros superiores, que propomos que sejam das seguintes áreas: -----

- ÁREA JURÍDICA - para dar apoio à contratação pública e contratação de pessoal (área financeira e administrativa) -----
- ÁREA DO URBANISMO - para ajudar no grave problema de atraso de processos, ----



- **ÁREA INFORMÁTICA** - porque é uma área transversal. Para ajudar a diminuir um conjunto de tarefas, ajudar a digitalização do município, no fundo para ajudar na criação de um conjunto de mecanismos tecnológicos que permitam ajudar quem lá trabalha sem ser preciso contratar mais gente. -----

ÚLTIMA NOTA - em relação a estes técnicos superiores, é a nossa sugestão para melhorar os serviços do município, no entanto compreendemos e admitimos que as opções dos executivos sejam outras. Sempre dentro deste número de 3 novos técnicos e não mais.

Esta nossa proposta representa sensivelmente um aumento de 100 mil Euros ao orçamento do executivo, contra cerca de 1 milhão que representa a proposta do executivo CDU.” -----

Verificando-se a reprovação desta proposta de mapa de pessoal, o membro Fernando Janeiro passou a apresentar a seguinte proposta de mapa de pessoal contendo as alterações propostas pelos eleitos do Partido Socialista e que não é muito diferente da proposta referida pelo VIVA na sua declaração de voto: -----

-----“Proposta de Mapa de Pessoal -----

Esta proposta tem como objetivos: -----

- 1) Suprir as necessidades prementes do Município em termos de mapa de pessoal; -----
- 2) Permitir, desde já, as mobilidades dos trabalhadores que já efetuam funções diferentes das associadas à sua carreira/ categoria; -----
- 3) Manter os custos com pessoal em níveis razoáveis, que não estrangulem a capacidade financeira do Município durante as próximas décadas. -----

Assim propomos: -----

- 1) No caso das mobilidades internas, a criação de lugares para todos os trabalhadores que já desempenham as funções que ficam regularizadas pela mobilidade. A esta criação de lugares tem de estar associado o compromisso político de, no momento da consolidação das mobilidades, extinguir os lugares originais, deixados vagos pelos trabalhadores. -----
- 2) Sobre os contratos por tempo indeterminado, a criação de 6 novos lugares para as necessidades prementes que existam no Município. -----
- 3) Sobre contratos por tempo determinado, a criação de 3 lugares de Assistente Técnico, para ocupação durante três meses, dos lugares de nadador-salvador. -----
- 4) Os trabalhadores que venham a sair definitivamente do Município podem ser substituídos, incluindo neste caso as aposentações e as mobilidades consolidadas em serviços externos. -----

Em nenhum caso o número total de trabalhadores poderá exceder em 6, o número de trabalhadores do Município em 31 de dezembro de 2022.

Espera-se que o aumento de custos associado aos 6 novos postos de trabalho relativos a contratos por tempo indeterminado, fique algures entre 100 a 120 mil euros por ano, dependendo da carreira associada a cada novo contrato.” -----

O Senhor Presidente da Câmara, a propósito da proposta apresentada, referiu que a mesma não serve os interesses da Câmara, prejudicando os trabalhadores que atualmente se encontram penalizados em termos económicos e também aqueles que diariamente se confrontam com excesso de trabalho. Acrescentou que se a proposta for aprovada, evidentemente que terá de a aceitar. -----



Votada esta proposta, verificaram-se 7 votos contra, por parte dos eleitos da CDU (Estêvão Pereira, Marília Rasquinho, Vitor Fialho, Sara Rodrigues, Paula Maurício, Marta Rebocho e Rosinda Gaio), 6 votos a favor, por parte dos eleitos do PS (Nuno Grave, José Nazaré Pereira, Fernando Janeiro, João Antunes, Manuel Jorge Rafael e Vasco Fialho) e 5 abstenções por parte dos eleitos do VIVA (Maria Leonor Fernandes, Célia Sabino, Ricardo Soldado, João Fialho e Maria Bárbara Matadinho). -----

Esta proposta foi igualmente reprovada. -----

Perante a reprovação das duas propostas relativas ao mapa de pessoal de 2023, o Senhor Presidente da Assembleia aconselhou que o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores trabalhem a sério numa proposta que, tão breve quanto possível, possa ser submetida a esta Assembleia, com o propósito deste processo avançar. -----

O membro Célia Sabino referiu que uma vez que a proposta de mapa de pessoal apresentada pelo Partido Socialista não mereceu acolhimento por parte do Senhor Presidente da Câmara, tendo a bancada da CDU votado contra, os eleitos do VIVA, por uma questão ética, não a viabilizaram. -----

O Senhor Presidente da Câmara disse ao Senhor Presidente da Assembleia que o conselho que agora deu e que é muito bom, já foi posto em prática anteriormente, sem sucesso. Acrescentou que talvez se tenha de sentar é com a Assembleia, porque quem manda no Partido Socialista é a Assembleia, não são os Vereadores do PS, de nada adiantando reunir com eles. -----

**Ponto três) Proposta de aprovação da 2ª alteração modificativa ao Orçamento da Receita;** -----

Relativamente à segunda proposta de alteração modificativa ao Orçamento da Receita, o Senhor Presidente da Câmara referiu que a mesma contempla, para além do reforço de uma rubrica, a abertura de uma outra para arrecadar o produto da venda de lotes. -----

Votada esta proposta, foi a mesma aprovada com 7 votos favoráveis por parte dos eleitos da CDU (Estêvão Pereira, Marília Rasquinho, Vitor Fialho, Sara Rodrigues, Paula Maurício, Marta Rebocho e Rosinda Gaio), 6 votos contra, por parte dos eleitos do PS (Nuno Grave, José Nazaré Pereira, Fernando Janeiro, João Antunes, Manuel Jorge Rafael e Vasco Fialho) e 5 abstenções por parte dos eleitos do VIVA (Maria Leonor Fernandes, Célia Sabino, Ricardo Soldado, João Fialho e Maria Bárbara Matadinho). -----

O membro João Antunes, em representação dos eleitos do PS, proferiu a seguinte declaração de voto: -----

“A entrada em vigor da Lei nº73/2013, de 3 de setembro – Regime Financeiro das Autarquias Locais – veio determinar no nº2 do artigo 40º, relativamente ao Equilíbrio Financeiro, que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo. Nos pontos 3,4 e 5 da ordem de trabalhos desta sessão extraordinária da Assembleia Municipal, são apresentadas alterações modificativas que agravam ainda mais o desequilíbrio orçamental entre as receitas e as despesas correntes: -----

1. O orçamento municipal, após integração do saldo de operações orçamentais transitado de 2022, em termos de receita e despesa corrente, apresenta-se do seguinte modo: -----  
Receita corrente – 8 080 332,00€ -----  
Despesa corrente – 8 773 510,40€ -----
2. A amortização média de empréstimos é de 91 057,87€ -----



3. A despesa corrente somada à amortização média de empréstimos, totaliza a importância de 8 864 568,27€, sendo este montante superior ao montante da receita corrente, sendo o deficit corrente de 784 236,27€, não estando cumprida a regra do equilíbrio orçamental. -----

4. Pretende-se introduzir no Orçamento da Receita a importância de 222 573,00€ a distribuir pelas rubricas da despesa. -----

5. Aferida a regra do equilíbrio orçamental após esta distribuição, temos o seguinte: -----

Despesa Corrente – 8 865 900,40€ -----

Amortização média de empréstimos – 91 057,87€ -----

A soma das duas parcelas totaliza a importância de 8 956 958,27€, sendo a receita corrente de 8 080 332,00€. -----

A bancada do PS vota contra estes pontos por entender que as propostas respetivas colocam em causa a viabilidade e sustentabilidade económica do Município de Viana do Alentejo, constatando-se que o Orçamento Municipal apresenta um desequilíbrio de 876 626,27€, violando assim o disposto no nº2 do artigo 40º da Lei nº73/2013, de 3 de setembro.” -----

O membro João Antunes disse que a declaração de voto proferida reporta-se a este ponto da ordem de trabalhos e aos dois pontos seguintes. -----

O Senhor Presidente da Câmara felicitou o VIVA por mais uma vez “ser coerente consigo próprio”, salientando que sem a abertura de rubrica adequada, não seria possível arrecadar a verba proveniente da venda de lotes. Salientou ainda que este executivo colocou 15 lotes habitacionais à venda, constatando-se que o PS não colocou um lote à venda, durante 12 anos. Acrescentou que também já foi iniciando o processo de venda de lotes industriais, cujo produto da venda não poderia ser arrecadado sem existência da rubrica própria. -----

Disse ainda o Senhor Presidente da Câmara que esta questão é de extrema importância para o desenvolvimento do Concelho, quer a nível da disponibilização de lotes habitacionais, quer industriais, servindo assim a população. -----

**Ponto quatro) Proposta de aprovação da 2ª alteração modificativa ao Orçamento da Despesa;** -----

O membro Fernando Janeiro, relativamente aos pontos 3,4 e 5 da ordem de trabalhos, disse que a questão suscitada pelo PS não tem propriamente a ver com a venda dos lotes, mas sim com o facto da venda dos lotes se traduzir em receita de capital, sendo que uma parte substancial dela (quase 50%) é integrada na despesa corrente, agravando o deficit orçamental da despesa corrente. -----

Votada esta proposta, foi a mesma aprovada com 7 votos favoráveis por parte dos eleitos da CDU (Estêvão Pereira, Marília Rasquinho, Vitor Fialho, Sara Rodrigues, Paula Maurício, Marta Rebocho e Rosinda Gaio), 6 votos contra, por parte dos eleitos do PS (Nuno Grave, José Nazaré Pereira, Fernando Janeiro, João Antunes, Manuel Jorge Rafael e Vasco Fialho) e 5 abstenções por parte dos eleitos do VIVA (Maria Leonor Fernandes, Célia Sabino, Ricardo Soldado, João Fialho e Maria Bárbara Matadinho). -----



**Ponto cinco) Proposta de aprovação da 2ª alteração modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos.** -----

Votada esta proposta, foi a mesma aprovada com 7 votos favoráveis por parte dos eleitos da CDU (Estêvão Pereira, Marília Rasquinho, Vitor Fialho, Sara Rodrigues, Paula Maurício, Marta Rebocho e Rosinda Gaio), 6 votos contra, por parte dos eleitos do PS (Nuno Grave, José Nazaré Pereira, Fernando Janeiro, João Antunes, Manuel Jorge Rafael e Vasco Fialho) e 5 abstenções por parte dos eleitos do VIVA (Maria Leonor Fernandes, Célia Sabino, Ricardo Soldado, João Fialho e Maria Bárbara Matadinho). -----

Esgotada a ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período destinado à participação do público. Interveio a Sra. D. Idalina Ganço referindo que gostaria que o atual executivo passasse pela sua rua, em Alcáçovas, para ver o trabalho que foi feito no mandato do PS. Acrescentou que é um escândalo e uma vergonha terem alcatroado a rua apenas de um lado, deixando o outro lado cheio de pedras que, à passagem dos veículos, saltam e batem nas portas, paredes e janelas. -----  
O Senhor Presidente da Câmara disse lamentar o facto de ter sido arranjada só metade de uma rua. Acrescentou que talvez “não tenham podido gastar o dinheiro no outro lado da rua para que o desequilíbrio orçamental não fosse tão grande.” -----  
Passou-se de imediato à leitura da minuta correspondente a esta ata, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão às vinte e três horas. -----



Aprovada a 30 de junho de 2023

O Presidente da Assembleia,

---

O Primeiro Secretário,

---

O Segundo Secretário,

---